



PARADESPORTO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC: INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE PARA TODOS

Mariana Campos Martins Machado

Fundação Universidade Regional de Blumenau
mcmmachado@furb.br

Giselle Margot Chirolli

Secretaria Municipal de Educação de Blumenau
paradesporto.escolar@blumenau.sc.gov.br

Carlos Roberto de Oliveira Nunes

Fundação Universidade Regional de Blumenau
cnunes@furb.br

Márcia de Freitas Oliveira

Fundação Universidade Regional de Blumenau
marciaoliveira@furb.br

Luciane Coutinho de Azevedo Campanella

Fundação Universidade Regional de Blumenau
lucianec@furb.br

Ruy Fernando Marques Dornelles

Fundação Universidade Regional de Blumenau
ruy.dornelles@gmail.com

Resumo

Este relato de experiência visa discutir sobre a experiência de implementação do Programa Paradesporto Escolar (PPE) de Blumenau (SC) como política pública de inclusão social e sua relação com a extensão universitária desenvolvida pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). As informações apresentadas foram coletadas nos relatórios de 2011 a 2015 e em entrevista não estruturada com a coordenadora do PPE referente a 2016. Em 2014, foi realizada pesquisa com os pais/responsáveis sobre mudanças socio-comportamentais das crianças após o início das atividades no PPE; e com os professores regulares sobre habilidades motoras, de socialização e comunicação. O projeto de Extensão Universitária promove ações de educação em saúde com os participantes. A pesquisa realizada mostrou que os pais/responsáveis e professores notaram melhoras em todos os indicadores avaliados. O PPE é política pública de inclusão social pioneira e inspiradora para os demais municípios brasileiros, e tem a Extensão Universitária como parceira para as ações de promoção da saúde.

Palavras-chave: Crianças com Deficiência. Atividade Física Adaptada. Paradesporto. Educação em Saúde.

SCHOOL PARASPORTS IN BLUMENAU/SC: INCLUSION AND ACCESSIBILITY FOR ALL

Abstract

This experience report aims to discuss the experience of implementing the Programa Paradesporto Escolar (PPE) in Blumenau (SC) as a public policy for social inclusion and its relation with the university extension developed by the Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). The information presented was collected in the reports from 2011 to 2015 and in an unstructured interview with the PPE coordinator about 2016. In 2014, a research was carried out with the parents / guardians about socio-behavioral changes of the children after the beginning of the activities in the PPE; and with regular teachers on motor skills, socialization and communication skills. The University Extension project promotes health education actions with the participants. The research carried out showed that parents / guardians and teachers noticed improvements in all the indicators evaluated. The PPE is a public policy of social inclusion that is pioneering and inspiring for other Brazilian municipalities, and has the University Extension as a partner for health promotion actions.

Keywords: Disabled Children. Adapted Physical Activity. Paradesport. Health Education.

PARASPORTS DE ESCUELA DEL MUNICIPIO DE BLUMENAU/SC: INCLUSIÓN Y LA ACCESIBILIDAD PARA TODOS

Resumen

Este relato de experiencia tiene como objetivo discutir la implementación del Programa Paradesporto Escolar (PPE) de Blumenau (SC) como una política pública de inclusión social y su relación con la extensión universitaria desarrollada por la Fundación Universidade Regional de Blumenau (FURB). La información presentada se recogió en los informes de 2011 a 2015 y una entrevista estructurada con el coordinador del PPE con respecto a 2016. En 2014 la investigación se llevó a cabo con los padres / tutores sobre los cambios socio-conductuales en los niños después del inicio de las actividades en PPE; y los maestros regulares en las habilidades motoras, la socialización y la comunicación. El proyecto de extensión de la



Paradesporto escolar no município de Blumenau/SC: inclusão e acessibilidade para todos

Universidad promueve actividades de educación sanitaria con los participantes. La encuesta mostró que los padres / tutores y profesores notaron mejoras en todos los indicadores evaluados. El PPE es la política pública de inclusión social pionero e inspirador para otros municipios, y tiene la extensión de la Universidad como un socio para las acciones de promoción de la salud.

Palavras clave: Niños con Discapacidades. Actividad Física Adaptada. Parasports. Educación en Salud.

INTRODUÇÃO

Exclusão social e direitos das pessoas com deficiência

As pessoas com deficiência correspondem a uma parcela significativa da população brasileira. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, 23,9% da população brasileira apresentava algum tipo de deficiência física ou mental, sendo que 8,3% dos brasileiros apresentavam pelo menos um tipo de deficiência severa, e 2,4% possuíam entre 0 e 14 anos de idade (BRASIL, 2012).

Historicamente, as pessoas com deficiência tiveram os seus direitos negados pela sociedade. Por séculos, até meados da Idade Média, prevaleceu a lógica de eliminação sobre esse grupo. Com a ascensão da Igreja Católica, inicia-se o paradigma assistencialista, baseado na caridade cristã e no sentimento de pena destas pessoas. Dessa forma, a pessoa com deficiência deixa a condição de objeto ou de animal, típicos da fase de eliminação, e assume a condição humana de dependente, ou seja, de segunda categoria (CRUZ, 2009).

O paradigma da inclusão social surge apenas a partir da segunda metade do século XX, influenciado pelo grande número de pessoas feridas e tornadas deficientes nas guerras e conflitos armados desse período. A universalização dos Direitos Humanos após a Segunda Guerra Mundial também foi importante no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência (CRUZ, 2009), e a Organização das Nações Unidas (ONU) foi fundamental nesse processo, tendo aprovado as seguintes declarações: Declaração Universal dos Direitos do Deficiente Mental (1971), Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência (1975) e Declaração dos Direitos dos Deficientes (1982).

Mais recentemente, destaca-se a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, realizada na 61ª Assembleia Geral da ONU, em dezembro de 2006, cujas disposições abrangem os direitos sociais, econômicos, culturais, civis e políticos, assinalando peculiaridades em seu exercício por pessoas com deficiência, incluindo explicitamente questões educacionais (Organização das Nações Unidas, 2013).

No contexto do Brasil, em 25 de agosto de 2009, a Convenção foi promulgada pelo Decreto n. 6.949, que entende as pessoas com deficiência como: “aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2009, art. 1º).

Outro avanço importante na construção de políticas públicas de inclusão social das pessoas com deficiência foi a promulgação da Lei nº 13.146, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015).

Apesar dos avanços legais, as pessoas com deficiência ainda sofrem exclusão social (MARTINS; MENDES; CARDOSO, 2011), são percebidas como dependentes de cuidados e incapazes de estudar e trabalhar, devendo ser curadas, tratadas e/ou habilitadas (BRAGA; SCHUMACHER, 2013). Assim, são excluídas das oportunidades de acesso aos programas, empregos e convívio social (NOCE; SIMIM; MELLO, 2009), inclusive de atividades desportivas (ARAÚJO, 1998).

Diversas são as medidas tomadas ao longo da história para reverter essa situação, destacando-se o papel do esporte, que é importante instrumento de inclusão social, pois tem efeitos positivos sobre a construção de relações interpessoais e ampliação do círculo social dos envolvidos (COSTA; SOUZA, 2004).

Pessoas com deficiência e o (para)desporto

O desporto atualmente praticado pelas pessoas com deficiência teve sua origem após a Segunda Guerra Mundial, com a finalidade de minimizar as sequelas nos soldados acometidos por traumatismos. O esporte mostrou-se como valioso instrumento terapêutico no processo de reabilitação física, e também na oportunidade de interação social entre as pessoas lesadas, possibilitando a reformulação de projetos de vida (ARAÚJO, 1998).

A partir de então começaram a ser organizadas competições na Inglaterra, e nos Estados Unidos. Na Inglaterra foram criados os Jogos de Stoke Mandeville, que em 1952 recebeu 130 atletas de diversos países. A partir de 1956, este campeonato passou a ser reconhecido oficialmente pelo Comitê Olímpico Internacional (ARAÚJO, 1998).

Em 1960 o IX Jogos de Stoke Mandeville foram realizados em Roma, imediatamente após o encerramento dos Jogos Olímpicos de Roma, passando a se chamar “*Paralympics*”. Em 1964 foi criada a Organização Internacional de Desporto para Deficientes (*International Sports Organization for the Disabled – ISOD*), e em 1982 foi fundado o Comitê Coordenador Internacional de Organizações Esportivas para Deficientes em nível mundial (ICC). O ICC foi posteriormente substituído pelo Comitê Paraolímpico Internacional (IPC), oficializado em 1989, com vistas de equiparação com o movimento olímpico internacional (ARAÚJO, 1998).

Em 1988 os Jogos Paraolímpicos ocorreram no mesmo local das Olimpíadas, em Seul, o que tinha acontecido somente em 1960 em Roma, e em 1964 em Tóquio, quando ainda denominava-se “Jogos Internacionais de Stoke Mandeville”. A partir de então o movimento

denominado “Jogos Paraolímpicos” adotou o nome Paraolimpíada, sendo realizado paralelamente às olimpíadas e no mesmo local (ARAÚJO, 1998).

No Brasil, as primeiras iniciativas relacionadas à promoção de práticas desportivas por pessoas com deficiência ocorreram na década de 1950, de forma semelhante à experiência internacional, ou seja, a mobilização ocorreu pelas próprias pessoas com deficiência, com a principal finalidade de reabilitação. A partir de então foram criados clubes no Rio de Janeiro e em São Paulo, com a realização de campeonatos nacionais e participação de paratletas brasileiros em competições internacionais (ARAÚJO, 1998).

A partir 1981, Ano Internacional das Pessoas Deficientes, o paradesporto fortaleceu-se no país em decorrência da ampliação dos cuidados voltados às pessoas com necessidades especiais. Nos anos 1982, 1984 e 1986 aconteceram três edições dos Congressos Brasileiros de Esporte para Todos, ampliando a visibilidade do paradesporto no meio científico (RIBEIRO; ARAÚJO, 2004).

A partir da década de 1990, houveram avanços em direção à institucionalização do desporto adaptado no Brasil. Foram criadas diversas associações de apoio às pessoas com deficiência, e também associações responsáveis pelo desenvolvimento do esporte para deficientes. Em 1995 foi fundado o Comitê Paralímpico Brasileiro, representante máximo do paradesporto nacional (RIBEIRO; ARAÚJO, 2004).

Em termos técnicos, a realização de esportes por pessoas com deficiência exige adaptação de regras, fundamentos e estrutura de acordo com as necessidades individuais. No Brasil, o termo “Desporto Adaptado” (ARAÚJO, 1998) refere-se à adaptação de um esporte já conhecido pela população às necessidades especiais de pessoas com deficiência, sendo realizadas mudanças relacionadas às regras e à prática desportiva. O atletismo para pessoas com deficiência visual é um exemplo.

Já o “Desporto para Deficiente” é aquele elaborado para atender exclusivamente a esta população. Visa, de acordo com as potencialidades remanescentes de cada indivíduo, possibilitar o rendimento seguro e desejado dentro de suas reais condições, como no caso do *goalball*, criado especificamente para deficientes visuais (ARAÚJO, 1998).

A escola como espaço de promoção da inclusão social

No contexto da inclusão social das pessoas com deficiência, destaca-se o papel da escola, espaço fundamental para promoção da cidadania (SOARES, 2012). Segundo a "Declaração de Salamanca", formulada na Conferência Mundial de Educação Especial, as escolas com orientação

Paradesporto escolar no município de Blumenau/SC: inclusão e acessibilidade para todos

inclusiva constituem ambientes importantes para a formação de uma sociedade acolhedora e promotora de autonomia (Organização das Nações Unidas, 1996).

No Brasil, a Constituição Federal, em seu artigo 208, inciso III, prevê que “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) III -atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988). De forma mais recente, a já mencionada Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, incumbe ao poder público o dever de “assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar” o “acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar” (BRASIL, 2015, capítulo IV, referente ao Direito à Educação, art. 28, parágrafo XV).

O Programa Paradesporto Escolar de Blumenau

Após esse breve histórico, sobre as conquistas e avanços legais das últimas décadas a respeito da inclusão social das pessoas com deficiência, observa-se que ainda é comum o isolamento social e a não participação desse grupo em atividades para promover saúde e qualidade de vida, tais como programas de atividades físicas.

Nesse contexto, o Programa Paradesporto Escolar (PPE) foi criado no ano de 2011, ainda como Projeto, com a finalidade de oportunizar a prática desportiva para crianças e jovens de 01 a 19 anos de idade, com qualquer tipo de deficiência, residentes em Blumenau (SC), matriculadas nas redes de ensino municipal, estadual e particular.

As aulas do PPE são desenvolvidas no contraturno escolar, e promovem o estímulo à cidadania e o exercício de direitos humanos das pessoas com deficiência, com fins de empoderamento e inclusão social, por meio de atividades esportivas, sociais e educacionais.

O PPE conta com a parceria de diversos órgãos da sociedade civil organizada, setor privado e Universidades. A Fundação Universidade Regional de Blumenau (Furb) é parceira do PPE, com ações desenvolvidas no contexto do projeto de Extensão Universitária “Educação em Saúde na Iniciação Esportiva”, do Programa de Apoio ao Esporte e ao Exercício.

Assim, o presente relato objetiva discorrer sobre a experiência de implementação do Programa Paradesporto Escolar de Blumenau (SC) como política pública de inclusão social e sua relação com a extensão universitária desenvolvida pelo Programa de Apoio ao Esporte e ao Exercício da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB.

MÉTODOS

Paradesporto escolar no município de Blumenau/SC: inclusão e acessibilidade para todos

Trata-se de um relato de experiência sobre a implementação do Programa Paradesporto Escolar de Blumenau (SC) como política pública de inclusão social e sua relação com a extensão universitária desenvolvida pelo Programa de Apoio ao Esporte e ao Exercício da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB.

Foi realizada pesquisa documental retrospectiva, pois a fonte de dados baseou-se na análise de documentos de arquivos públicos, considerados fontes primárias de dados, que foram compilados pelos autores depois do momento em que ocorreram (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Os documentos analisados foram os relatórios do PPE da Secretaria Municipal de Educação de Blumenau, produzidos anualmente entre 2011 e 2015 (BLUMENAU, 2011; 2012; 2013; 2014; 2015). Também foi realizada entrevista não estruturada, elaborada pelos autores, com a Professora de Educação Física coordenadora do PPE, para obter informações referentes ao ano de 2016, visto que o relatório deste ano ainda estava em processo de construção no momento da pesquisa.

Os relatórios do PPE são apresentados anualmente para as organizações envolvidas, que incluem o Centro Municipal de Educação Alternativa (CEMEA), a Casa de Apoio de Neoplasia e Mielomeningocele, a Associação do Centro de Estimulação Visual e Apoio Pedagógico (ACEVAP), a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), a Associação Sorrir para Down, a Associação de Pais de Portadores de Mielomeningocele (AAPP), o Centro Universitário Leonardo Da Vinci (UNIASSELVI) e a Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

Nos relatórios estão contemplados o histórico das atividades realizadas, a composição da equipe de trabalho, o volume de pessoas atendidas, os horários e locais de atuação, as atividades desenvolvidas, os resultados das avaliações de aptidão física e desenvolvimento técnico dos alunos participantes.

No relatório do ano de 2014 (BLUMENAU, 2014) constam os métodos e resultados de questionário aplicado sobre as mudanças observadas nas crianças após o início das atividades do PPE. Segundo Marconi e Lakatos (2003), o questionário é o instrumento de coleta de dados composto por uma série ordenada de perguntas, respondido por escrito pelo entrevistado, sem a presença do entrevistador. As perguntas de um questionário podem ser fechadas, de múltipla escolha, de avaliação ou abertas.

As perguntas fechadas são aquelas em que o informante tem somente duas possibilidades de respostas, que são dicotômicas. Já nas perguntas de múltipla escolha, o informante deve escolher entre várias alternativas de respostas, abrangendo diferentes possibilidades dentro do

mesmo tema. Nas perguntas de avaliação os entrevistados também devem escolher entre as várias alternativas de respostas, mas as opções representam julgamento através de uma escala de diferentes níveis de intensidade num mesmo item. Por fim, nas perguntas abertas as respostas são redigidas pelo informante, que pode responder livremente com as suas palavras e vocabulário (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Na pesquisa relatada no relatório do ano de 2014 (BLUMENAU, 2014), o pais e/ou responsáveis responderam um questionário a respeito de mudanças de qualidade de vida das crianças e adolescentes após o início das atividades no PPE. O questionário foi composto por uma pergunta de múltipla escolha (Pergunta 1), uma pergunta de avaliação (Pergunta 2) e uma pergunta aberta (pergunta 3).

Pergunta 1: “Após ter iniciado a prática de atividade física no Programa Paradesporto, quais diferenças você vem notando em seu filho?”

Alternativas: Melhora na socialização. Melhora na comunicação. Melhora da autoestima. Melhora na autonomia. Outras

Pergunta 2: “Com a prática de atividade física, o consumo de medicamento diminuiu?”

Alternativas: Concordo totalmente. Concordo parcialmente. Nem concordo, nem concordo. Discordo parcialmente. Discordo completamente.

Pergunta 3: “Deixe o seu relato sobre a evolução do seu filho com a participação no Projeto Paradesporto Escolar”.

Resposta aberta.

Também em 2014 (BLUMENAU, 2014), os professores regulares responderam um questionário composto por perguntas de múltipla escolha sobre as mudanças percebidas nos escolares em sala de aula, conforme apresentado a seguir:

Pergunta 1: “Em sala de aula, o escolar tem melhorado a sua concentração após o início da prática esportiva?”

Pergunta 2: “O convívio com os colegas em sala de aula melhorou com a participação do aluno no Programa?”

Pergunta 3: “O escolar apresentou melhora na coordenação motora fina após o início das atividades do Programa?”

Alternativas para as perguntas 1 a 3: Concordo totalmente. Concordo parcialmente. Nem discordo, nem concordo. Discordo parcialmente. Discordo completamente.

A análise dos dados quantitativos foi realizada de acordo com a estatística descritiva, com a apresentação de frequências absolutas e distribuição de frequência (CALLEGARI-JACQUES, 2003).

A análise dos resultados da pergunta aberta aplicada aos pais e/ou responsáveis baseou-se na análise de conteúdo, para identificação das opiniões e percepções dos sobre a evolução das crianças após o início das atividades no PPE. A análise de conteúdo tem como ponto de partida a leitura inicial de relatos, e atinge um nível mais profundo, que vai além dos significados manifestos (MINAYO, 2013). “*Consiste em descobrir os núcleos de sentido que fazem parte da comunicação e cuja a presença ou frequência importam em algum significado para os objetivos aos quais nos propomos*” (RAMOS; ALMEIDA, 2003, p.317).

RESULTADOS E ANÁLISES

O Programa Paradesporto Escolar - Trajeto Histórico

As primeiras ações realizadas no contexto do paradesporto escolar de Blumenau foram iniciadas com uma professora voluntária de Educação Física e um aluno. As aulas ocorreram na Fundação Municipal de Desportos de Blumenau (FMD), de fevereiro a agosto do ano de 2011. Entre setembro e dezembro ocorreu a contratação desta professora pela SEMED e de mais um professor pela FMD, o início das aulas do paradesporto escolar, e a incorporação de professores voluntários, que recebiam ajuda de custo de empresas parceiras.

No ano de 2012, foi fundada a Associação do Paradesporto Escolar de Blumenau (APESBLU), com o objetivo de apoiar o Projeto na captação de recursos. No ano de 2013, o PPE foi novamente apresentado à Secretaria Municipal de Educação de Blumenau (SEMED) e então aprovado, atingindo assim o principal objetivo desde a sua proposta em 2011, isto é, tornar-se uma ação pública institucional da SEMED para promoção de inclusão, abrangendo desde a educação infantil até o ensino médio. Assim, a partir de 2013, o PPE passou a ser desenvolvido de forma intersetorial pela SEMED, com o apoio da APESBLU, representando a sociedade civil organizada, e em parceria com diversas empresas e duas instituições de ensino superior, criando-se a corresponsabilização para uma sociedade mais inclusiva, com pleno exercício dos direitos.

Modalidades Paralímpicas

No primeiro semestre de 2016, o Programa contava com 254 alunos divididos em nove modalidades: atletismo paralímpico; natação paralímpica; tênis de mesa paralímpico; bocha paralímpica; natação para bebês; *goalball*; musculação; xadrez adaptado; judô. Crianças com diversos tipos de deficiências são incluídas nas modalidades, permitindo que aprendam entre si sobre as dificuldades e potencialidades de cada tipo de deficiência, e que desenvolvam habilidades de socialização e integração.

Estrutura física e equipe

No ano de 2016, as atividades ocorreram em 58 polos paradesportivos, utilizando principalmente os complexos esportivos de escolas, além de clubes, associações, academias e instituições de ensino superior. São 47 polos de iniciação, em sua maioria localizados nas próprias escolas.

Até o ano de 2016, os escolares que apresentavam maior desempenho esportivo treinavam nos próprios polos de iniciação, e muitos passaram a participar de competições estaduais, nacionais e internacionais. Então, percebeu-se a necessidade de criar polos de iniciação ao rendimento, que reúnem os escolares com maior desempenho esportivo de cada modalidade. Em 2016, o PPE passou a contar com 11 polos de iniciação ao rendimento, que ocorrem nos mesmos locais de aula dos polos de iniciação, em horários diferentes.

Os jovens com mais de 19 anos, que apresentam maior destaque em competições, e aqueles que desejam continuar a praticar um esporte são direcionados aos Paradesporto Adulto, que é organizado pela FMD e APESBLU.

As aulas do PPE acontecem no contraturno escolar, ou seja, em período diferente das aulas regulares. O contraturno escolar tem inúmeros benefícios para as crianças e a comunidade em geral, pois possibilita a ampliação da jornada escolar, contribui para a melhoria do rendimento escolar, previne o trabalho infantil e a violência contra crianças, adolescentes e jovens, entre outros, conforme previsto na Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa Mais Educação.

As atividades são diariamente conduzidas por equipe composta por 27 professores de Educação Física e uma professora fisioterapeuta, capacitados e contratados pela Secretaria Municipal de Educação. O PPE conta também com o envolvimento dos professores de apoio pedagógico (PAP) e de todos os professores de Educação Física da rede municipal de ensino.

Paradesporto escolar no município de Blumenau/SC: inclusão e acessibilidade para todos

Todos esses profissionais passam por capacitação no início de cada ano letivo desde 2013. As capacitações são individualizadas para cada modalidade paradesportiva.

A parceria entre os professores da Educação Básica, da sala de recursos multifuncionais, os PAP, os professores de Educação Física das escolas e as coordenações pedagógicas das escolas é importante elo de sustentação do Projeto, por promover ações intersetoriais e interdisciplinares.

Captação

A divulgação dos trabalhos e a captação de alunos, realizadas pela equipe do PPE, pelo CEMEA e pelas associações de pessoas com deficiência, ocorrem em todas as escolas, principalmente nas salas de recursos multifuncionais, que contam com professores capacitados ao atendimento especializado ao aluno com deficiência.

Na rede estadual de ensino, a captação é feita mediante Serviço de Atendimento Educacional Especializado (SAEDE), e na rede particular a procura é espontânea. As crianças e famílias interessadas em participar realizam as inscrições nos polos de interesse da criança/jovem. Para a realização das inscrições é exigida a presença dos responsáveis, o laudo médico da deficiência e a cópia do documento de identificação. Após o ingresso no polo de interesse, as crianças são convidadas/incentivadas a conhecer as outras modalidades.

Antes de iniciar a prática desportiva, as crianças e jovens são avaliados por um professor de Educação Física e um fisioterapeuta no próprio polo. Assim, é possível identificar as limitações e necessidades de adaptação da metodologia de trabalho. Reuniões anuais entre os professores do PPE e os pais e responsáveis são realizadas para ampliar os conhecimentos sobre o projeto, assim como para motivá-los a manter a participação.

O PPE e a Universidade: Relação ensino, pesquisa e extensão

Os profissionais do PPE participam periodicamente das disciplinas de Educação Física Inclusiva, ministradas aos cursos de Educação Física das duas Instituições de Ensino Superior associadas, fortalecendo a interface Universidade – Comunidade – Serviço Público. Os alunos do PPE são convidados a participar das aulas com o objetivo de contribuir para a formação dos acadêmicos em relação às particularidades de crianças com deficiência e das adaptações necessárias às modalidades paradesportivas.

As ações desenvolvidas pelo projeto de Extensão Universitária “Educação em saúde na iniciação esportiva”, do Programa de Apoio ao Esporte e ao Exercício da Furb, são realizadas de forma interdisciplinar por acadêmicos e docentes dos cursos de Nutrição, Odontologia, Psicologia e Educação Física.

Paradesporto escolar no município de Blumenau/SC: inclusão e acessibilidade para todos

As atividades do projeto iniciaram-se no ano de 2015, com a visita aos polos para diagnóstico da saúde bucal das crianças, e esclarecimento da importância dos hábitos corretos de higiene bucal para os pais e/ou responsáveis.

Posteriormente, as famílias foram convidadas a participar de oficinas de culinária, educação sensorial e escovação dental supervisionada, conforme descrito em publicações anteriores (CAPELLO et al., 2015; CAMPOS et al., 2016; MACHADO et al., 2016). As oficinas atingiram ao todo 47 crianças e jovens matriculados no PPE e seus pais/responsáveis.

A principal dificuldade encontrada para a realização das oficinas foi a adesão dos participantes, visto a disponibilidade da equipe do projeto somente no período vespertino, horário de escola de muitas crianças, ou de aulas do PPE nos polos.

Diante dessa realidade, após a realização das oficinas, dois polos do PPE foram visitados no ano de 2016, com a finalidade de desenvolver ações educativas no local das aulas. A atividade foi realizada na forma de roda de conversa com os pais/responsáveis, enquanto aguardavam as crianças e jovens realizarem a aula. Foram esclarecidas as principais dúvidas sobre a alimentação e saúde bucal da família. Os familiares mostraram-se acolhedores em relação à equipe do projeto. No entanto, não foi possível visitar outros polos do PPE devido ao término do semestre letivo.

No ano de 2016 foram desenvolvidos e apresentados dois Trabalhos de Conclusão de Curso no contexto das atividades do Projeto de Extensão, por acadêmicas do curso de Odontologia, e acadêmica do curso de Nutrição (ALLES; GEHRKE; OLIVEIRA, 2016; MOHR; MACHADO, 2016).

É importante destacar também que o polo de natação para bebês e um dos polos de rendimento é na Furb, onde também são desenvolvidos estágios supervisionados do curso de psicologia com os participantes do PPE.

O projeto “Educação em saúde na iniciação esportiva” promove o movimento interdisciplinar entre cursos da área da saúde na universidade, além de articular o ensino e a pesquisa com a extensão universitária. As ações do projeto representam importante relação entre a universidade e o movimento de inclusão social das pessoas com deficiência.

O Programa Paradesporto Escolar em Números

O Programa Paradesporto Escolar apresentou notáveis crescimento e ampliação de ações, no sentido de aumento do número de participantes e de modalidades ofertadas. Entre 2011 e 2015, houve aumento dos números de alunos matriculados, professores contratados, polos e instituições parceiras (Tabela 1).

Tabela 1: Evolução dos indicadores do Projeto Paradesporto Escolar nos anos de 2011 a 2015. Blumenau (SC).

Indicadores	Número de participantes				
	2011	2012	2013	2014	2015
Alunos matriculados	21	27	74	130	232
Número de matriculados por modalidade*					
Atletismo paraolímpico	4	9	17	56	120
Natação paraolímpica	12	11	22	71	110
Tênis de mesa paralímpico	7	6	2	8	14
Bocha paralímpica	-	-	9	12	16
<i>Goalball</i>	1	4	-	3	1
Atividade física motora	-	2	-	-	-
Número de professores					
Contratados	5	5	7	12	20
Voluntários	3	3	-	2	-
Relação aluno/professor**	3	4	7,1	10,7	18
Número de Polos	6	6	21	31	42
Número de parceiros	5	6	12	16	20

Fonte: Blumenau (2011; 2012; 2013; 2014; 2015)

*O mesmo aluno pode estar inscrito em mais de uma modalidade. Portanto, o somatório do número de matriculados por modalidade é superior ao número de alunos matriculados no Programa.

**Cálculo realizado tendo como referência o número de alunos por modalidade.

As atividades de rendimento esportivo do PPE também apresentam resultados expressivos, e sucessivo aumento do número de participantes (Tabela 2). Em consequência, destacam-se os prêmios conquistados no ano de 2014: a) 43 medalhas nos 5º Parajesc, tendo Blumenau, a maior delegação do estado; b) quatro medalhas nas Paralimpíadas escolares; c) uma medalha no Rio-Sul Circuito Loterias; d) uma medalha no Circuito Loterias Caixa-Brasil Paraolímpico; e) duas Bolsas Atleta Federal.

No ano de 2015, nas Paralimpíadas escolares brasileira, em Natal, RN, participaram cinco paratletas de Blumenau, foram conquistadas seis medalhas e duas bolsas atletas federais. O atleta Henrique de Souza Bonin conquistou três medalhas de ouro (50 e 100 metros livres, 50 metros borboleta), sendo o único atleta da competição a ganhar três medalhas de ouro.

No mesmo ano, no Circuito Loterias Caixa – Rio/Sul, em Curitiba, PR, três paratletas do PPE, sendo conquistadas duas medalhas de ouro na natação.

Paradesporto escolar no município de Blumenau/SC: inclusão e acessibilidade para todos

Tabela 2: Evolução do número de participantes do Programa Paradesporto Escolar nos polos de rendimento esportivo nos anos de 2011 a 2015. Blumenau (SC).

Modalidades Paralímpicas	Número de participantes				
	2011	2012	2013	2014	2015
Atletismo	1	3	10	15	17
Natação	-	-	2	6	8
Tênis de mesa	-	1	2	5	5
Bocha	-	-	1	5	7
Goalball	-	1	-	-	-

Percepção dos pais e/ou responsáveis sobre mudanças na saúde dos escolares após o início das atividades no PPE

No final do ano de 2014, os responsáveis pelas crianças e adolescentes participantes foram formalmente questionados a respeito de possíveis mudanças apresentadas pelas crianças e adolescentes participantes após o ingresso no projeto.

Foi aplicado questionário a 83 pais e/ou responsáveis pelos alunos, sendo que 60,2% (n = 50) relataram melhora na autoestima das crianças após o início das atividades no PPE (Figura 1).

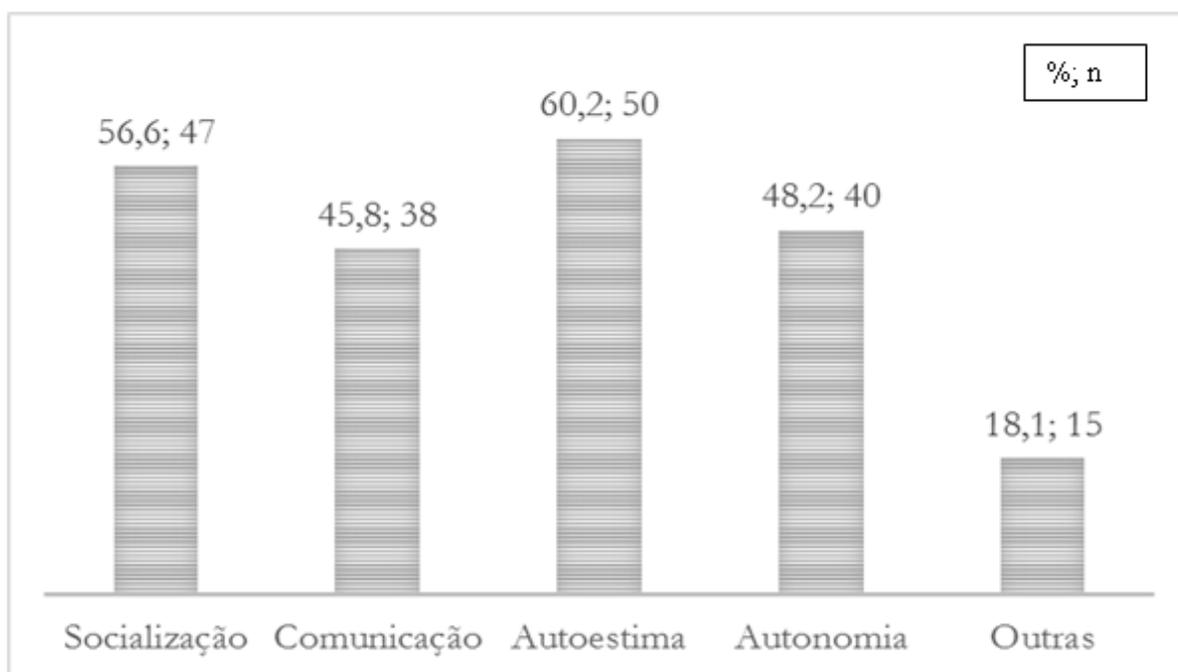


Figura 1: Percepção dos pais e/ou responsáveis a respeito das mudanças de comportamento dos alunos do Programa Paradesporto Escolar após o início das atividades. Blumenau (SC), 2014.

Fonte: Blumenau (2014)

Paradesporto escolar no município de Blumenau/SC: inclusão e acessibilidade para todos

Os relatos dos responsáveis corroboram esse resultado, como pode ser observado a seguir:

Sujeito 1: *“Para mim o projeto foi uma conquista maravilhosa. Quem tem filho com deficiência sabe disso, nós mães sofremos muito com [falta de] inclusão dos nossos filhos na sociedade e tem muita criança com deficiência que tem capacidade de evoluir, e acredito que no projeto vamos evoluir muito.”*

Sujeito 2: *“Eu não sabia do projeto, mas quando eu conheci meu filho e eu adoramos, pois ele sente feliz e automaticamente fico feliz por ele.”*

Sujeito 3: *“Só tenho a agradecer aos integrantes do projeto, que vem sendo desenvolvido maravilhoso trabalho com nossos filhos, que juntos possamos continuar para a qualidade de vida e autoestima que é tão necessária.”*

Segundo Goodwin et al. (2009), o esporte paralímpico pode ser um componente facilitador para a inclusão social, pois possibilita ao atleta fazer parte de um grupo com pessoas nas mesmas condições e ter seus feitos valorizados por critérios esportivos, e não apenas pela superação da deficiência.

Quase um quarto (24,0%; n = 20) dos pais e/ou responsáveis relatou redução do uso de medicamentos após o início das atividades no PPE, demonstrando melhora significativa na qualidade de vida das crianças.

É fundamental atentar para a saúde das pessoas com deficiência. Comparados com os demais indivíduos, aqueles com deficiência apresentam maiores prevalências de comportamentos sedentários, sobrepeso e obesidade, e menores níveis de aptidão física (CERVANTES; PORRETA, 2010).

Neste contexto, a prática esportiva proporciona melhora no condicionamento físico e benefícios psicológicos, como a diminuição da ansiedade e depressão e o aumento da autoestima e auto eficácia (MARTIN; SMITH, 2002).

Avaliação dos professores sobre o rendimento escolar após o início das atividades no PPE

No ano de 2014, 51 professores participaram da pesquisa referente ao rendimento escolar dos alunos após o início das atividades do PPE. Participaram 15 (29,4%) PAP, 15 (29,4%) professores de Educação Física das escolas, 15 (29,4%) professores das salas de recursos multifuncionais, 5 (9,8%) professores regentes e 1 (2%) professor do CEMEA.

Paradesporto escolar no município de Blumenau/SC: inclusão e acessibilidade para todos

Mais de 84% dos professores relataram melhoria das habilidades sociais, capacidade de concentração ou coordenação motora fina dos alunos a partir do início das atividades no PPE (Figura 2), promovendo assim melhorias no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (BRASIL, 2015).

O desenvolvimento motor é a “mudança progressiva no comportamento motor ao longo do ciclo de vida, causada pela interação entre as exigências da tarefa de movimento, a biologia do indivíduo e as condições do ambiente de aprendizado” (GALLAHUE; OZMUN; GOODWAY, 2013, p.32). Assim, a realização adequada de práticas desportivas pode atuar como estimuladora do desenvolvimento de novos padrões de repostas e movimentos.

A possibilidade de interação com outros participantes, com regras e metas estabelecidas, favorece o desenvolvimento de diversas habilidades sociais, pois a sociabilidade, responsabilidade e participação são intrínsecas ao esporte (VIANNA; LOVISOLO, 2011).

O paradesporto escolar oportuniza às crianças e jovens melhor qualidade de vida e configura-se em estímulo a maior engajamento nas atividades cotidianas e da vida escolar. Proporciona então mudanças no meio social, conduzindo o participante a tornar-se agente pessoal e coletivo (BANDURA; AZZI; POLYDORO, 2008). Também a contribui para despertar nos sujeitos o gosto pela atividade física regular ao longo da vida (VIANNA; LOVISOLO, 2011).

O desenvolvimento da autonomia e independência dos participantes é incentivado desde o início das atividades, pois considera-se a promoção da saúde como o “processo de capacitação da comunidade para atuar na melhora de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle desse processo” (BRASIL, 2002, p.19).

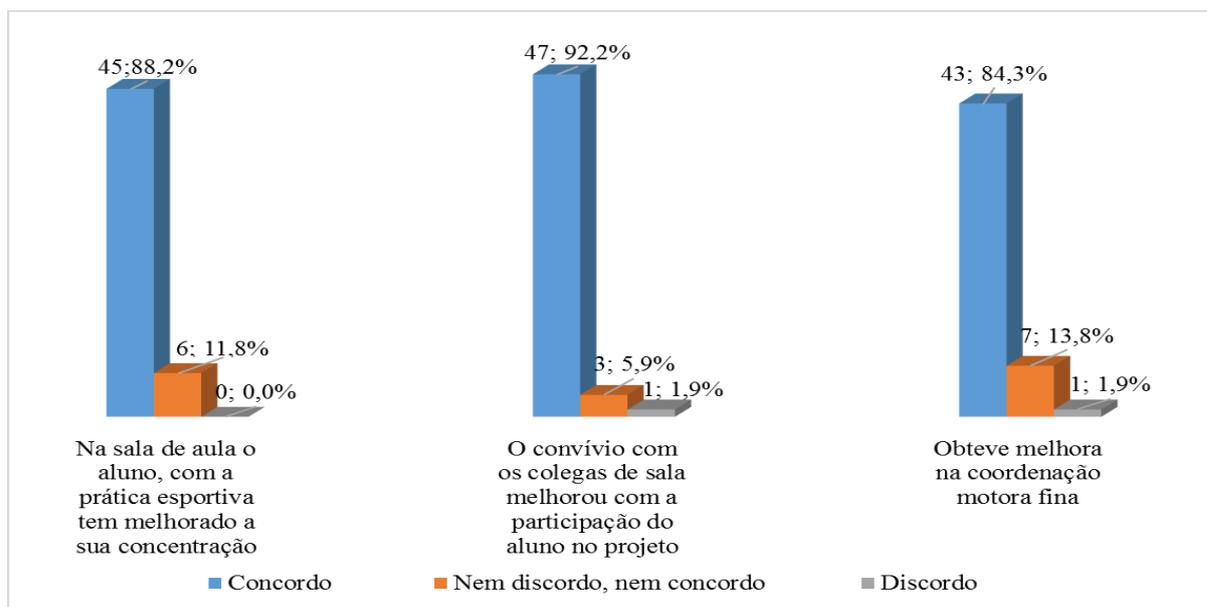


Figura 2: Percepção dos professores, professores da educação especial e Educação Física das escolas sobre as habilidades sociais, capacidade de concentração ou coordenação motora dos alunos, a partir do início das atividades no Projeto Paradesporto Escolar de Blumenau (SC), 2014.
Fonte: Blumenau (2014)

Finalmente, destaca-se o papel fundamental exercido pelos professores do PPE, que envolvem-se diretamente com as famílias, contribuindo para motivar e dar esperanças de possibilidades de superações e conquistas, assumindo assim o seu compromisso profissional e ético de promover e incentivar a inclusão social e a promoção de uma sociedade mais justa. Mais do que professores, desempenham o papel de educadores, pois acreditam e baseiam a sua prática na capacidade de todos poderem mudar a realidade, e transformá-la. E portanto, educam para promover autonomia, liberdade. No sentido de que as pessoas tomem consciência dos condicionantes da vida, e dentro de suas zonas de autonomia relativa, façam opções de acordo com seus projetos de vida, com superação das estruturas que limitam suas ações (VASCONCELLOS, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Paradesporto Escolar de Blumenau promove inclusão social, oportunizando a prática desportiva no contraturno escolar para crianças e jovens com deficiência. Favorece o desenvolvimento da independência e autonomia dos alunos, influenciando na qualidade de vida dos participantes e suas famílias. Configura-se assim em importante estratégia para a promoção da saúde dessa população.

As limitações da pesquisa realizada com os pais/responsáveis devem-se à pequena adesão (cerca de 64%), devido à dificuldade de coleta de dados nos polos do Programa, quando muitos alunos precisam da ajuda dos cuidadores para se vestir e locomover. Os familiares também possuem o hábito de assistir as aulas, não estando totalmente disponíveis para responder perguntas neste momento.

As atividades do projeto de extensão tiveram como maior limitante a realização das oficinas educativas no período vespertino, coincidindo com o turno escolar, ou com o horário das aulas do Programa.

Esse relato de experiência visa inspirar e ser exemplo para outros municípios, contribuindo para a efetiva implementação de políticas públicas de inclusão social das pessoas com deficiência. Espera-se também contribuir como referência para Programas de Extensão Universitária de outras universidades brasileiras, visto o papel da extensão de mudar a realidade social da comunidade em que está inserida.

REFERÊNCIAS

- ALLES, N.G; GEHRKE, N.F.; OLIVEIRA, M.F. **Avaliação da saúde bucal dos paratletas participantes do projeto Educação em Saúde na Iniciação Esportiva**. 2016. 27p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Odontologia) – Fundação Universidade Regional de Blumenau, Blumenau.
- ARAÚJO, P.F. **Desporto adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidade**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto / INDESP, 1998. 147p.
- BANDURA, A; AZZI, R. G.; POLYDORO, S. **Teoria Social Cognitiva: conceitos básicos**. Porto Alegre: Artmed, 2008. 176 p.
- BLUMENAU (cidade). Secretaria Municipal de Educação. Relatório Projeto Paradesporto Escolar 2011. Blumenau, 2011.
- BLUMENAU (cidade). Secretaria Municipal de Educação. Relatório Projeto Paradesporto Escolar SMD/SEMED/SESI 2012. Blumenau, 2012.
- BLUMENAU (cidade). Secretaria Municipal de Educação. Relatório Projeto Paradesporto Escolar 2013. Blumenau, 2013.
- BLUMENAU (cidade). Secretaria Municipal de Educação. Relatório Avaliações Paradesporto Escolar 2014. Blumenau, 2014.
- BLUMENAU (cidade). Secretaria Municipal de Educação. Relatório Avaliações Paradesporto Escolar 2014. Blumenau, 2015.
- BRAGA, M.M.S.; SCHUMACHER, A.A. Direito e inclusão da pessoa com deficiência: uma análise orientada pela teoria do reconhecimento social de Axel Honneth. **Soc. estado.**, Brasília , v. 28, n. 2, p. 375-392, ago. 2013.
- BRASIL. Casa Civil. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência: Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília: Diário Oficial da União 07 jul 2015.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Diário Oficial da União. Seção 1. p. 3. 26 ago 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb>>. Acesso em: 03 jun. 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa Interministerial nº- 17. Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por

Paradesporto escolar no município de Blumenau/SC: inclusão e acessibilidade para todos

meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. Brasília: Diário Oficial da União, 26 de abril de 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. **As Cartas da Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 56 p.: il. (Série B. Textos Básicos em Saúde)

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência**. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012, 32p. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

CALLEGARI-JACQUES, Sidia M; CALLEGARI-JACQUES, Sidia M. **Bioestatística: princípios e aplicações**. Porto Alegre : Artmed, 2003. x, 255p, il. (Biblioteca Artmed. Ciências Básicas).

CAMPOS, B; MACHADO, M.C.M; MOHR, L; OLIVEIRA, M.F; NUNES, C.R.O; DORNELLES, R.F.M; CHIROLLI, G.M. Oficinas de educação sensorial: estratégia de promoção da alimentação saudável entre crianças e jovens com deficiência. In: X Mostra Integrada de ensino, pesquisa, extensão e cultura - Furb, 2016, Blumenau, SC. **Anais** (on-line). Blumenau: Furb, 2016. Disponível em: <http://www.furb.br/web/upl/arquivos/201611031453310.anais_10%20MIPE_V2%20Extensao.pdf?20170123172130>. Acesso em: 23 nov 2016.

CAPELLO, P.M.; OLIVEIRA, M.F.; NUNES, C.R.O.; RASTELLI, M.C.S.; DORNELLES, R.F.; MACHADO, M.C.M.; MAFRA, N. Educação em saúde buccal no paradesporto. In: IX Mostra Integrada de ensino, pesquisa, extensão e cultura - Furb, 2015, Blumenau, SC. **Anais** (on-line). Blumenau: Furb, 2015. Disponível em: <http://www.furb.br/web/upl/arquivos/201611031416190.anais_9%20MIPE_V2%20Extensao.pdf?20170124201357>. Acesso em: 20 jan 2017.

CERVANTES, C.M.; PORRETA, D.L. Physical activity measurement among individuals with disabilities: a literature review. **Adapt Phys Act Q**, Champaign, v.27, p.173-90, 2010.

COSTA, A.M; SOUZA, S.B. Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. **Rev.Bras Cien. Esporte**, Campinas, v. 3, p. 27-42, mai. 2004.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. **O direito à diferença**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2009.

GALLAHUE, D.L; OZMUN, J.C; GOODWAY, J.D. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. Tradução Denise Regina de Sales. Revisão Técnica Ricardo D.S. Petersen. 7. ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: AMGH, 2013. 486p.

GOODWIN, D. et al. Its okay to be a quad: wheelchair rugby players sense of community. **Adapt Phys Act Q**, Champaign, v. 26, n. 2, p. 102-117, abr. 2009.

MACHADO, M.C.M; CHIROLLI, G.M; OLIVEIRA, M.F; CAMPOS, B; NUNES, C.R.O. Prática interdisciplinar de educação em saúde no Paradesporto Escolar: nutrição, odontologia e

psicologia. **Rasbran**, v.1, n.1, 2016. Disponível em:

<<https://www.rasbran.com.br/rasbran/issue/view/13>>. Acesso em: 20 jan 2017.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003. 311p.

MARTIN, J.J.; SMITH, K. Friendship quality in youth disability sport: Perceptions of a best friend. **Adapt Phys Activ Q**, Canadá, 19, n. 4, p.472– 482, 2002.

MARTINS, C.P; MENDES, A.K; CARDOSO, F.L. Capacidade de adaptação e estima sexual em atletas deficientes físicos. **Rev. educ. fis. UEM**, Maringá, v. 22, n. 4, p. 547-554, dez. 2011.

MAUERBERG-DECASTRO, E. Esporte para deficientes: do alto rendimento ao esporte de participação. In: MAUERBERG-DECASTRO, E. **Atividade física adaptada**. Ribeirão Preto: TecMedd, 2005. p. 437-83.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec; 2013.

MOHR, L; MACHADO, M.C.M. **Mudanças nos hábitos alimentares de escolares com deficiência após intervenção baseada em oficinas de culinária e educação sensorial**. 2016. 27p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) – Fundação Universidade Regional de Blumenau, Blumenau.

NOCE, F; SIMIM, M.A.M; MELLO, M.T. A percepção de qualidade de vida de pessoas portadoras de deficiência física pode ser influenciada pela prática de atividade física?. **Rev Bras Med Esporte**, Niterói, v. 15, n. 3, p. 174-178, Jun 2009 .

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Assembleia Geral. RES 48/96. Procedimentos-Padrões das Nações Unidas para a Equalização de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiências. Resolução das Nações Unidas adotada em Assembleia Geral. 1994. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 03 ago 2015.

Organização das Nações Unidas. A INCLUSÃO SOCIAL E OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: Uma agenda de desenvolvimento pós-2015. Brasília, dez 2013. Disponível em: < https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/07/UN_Position_Paper-People_with_Disabilities.pdf>. Acesso em: 20 jan 2017.

RAMOS, Carmen Viana; ALMEIDA, João Aprígio Guerra de. Aleitamento materno: como é vivenciado por mulheres assistidas em uma unidade de saúde de referência na atenção materno-infantil em Teresina, Piauí. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.**, Recife , v. 3, n. 3, p. 315-321, Sept. 2003 .

RIBEIRO, S. M.; ARAÚJO, P.F. A formação acadêmica refletindo na expansão do desporto adaptado: uma abordagem brasileira. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 57-69, mai. 2004.

SILVA, A. A.C. et al . Esporte adaptado: abordagem sobre os fatores que influenciam a prática do esporte coletivo em cadeira de rodas. **Rev. bras. educ. fis. esporte**, São Paulo , v. 27, n. 4, p. 679-687, dez. 2013.

Paradesporto escolar no município de Blumenau/SC: inclusão e acessibilidade para todos

SOARES, A.S. A autoridade do professor e a função da escola. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 841-861, set./dez. 2012. Disponível em:

<<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article>>. Acesso em: 20 dez 2016.

VASCONCELLOS, C.S. Competência Docente na Perspectiva de Paulo Freire. **Revista de Educação AEC**, n. 143, abr/jun, 2007, p. 66-78.

VIANNA, J.A; LOVISOLO, H.R. A inclusão social através do esporte: a percepção dos educadores. **Rev. bras. educ. fis. esporte (Impr.)**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 285-296, jun. 2011 .